



**PROCESSO ADMINISTRATIVO 149/2022**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 12/2022**

**I — DO FATO**

A esta Comissão de licitação foi encaminhado requerimento da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, para **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO “NATAL MÁGICO” COM A ARTISTA MICHELLI JOHSE FORTES, QUE SERÁ REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2022, INTEGRANDO AS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

**II — DO AMPARO LEGAL**

Citado procedimento enquadra-se no que preceitua o artigo 25, caput, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, a seguir transcrito:

“Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. ”

Do exposto, esta Comissão, vislumbrando-se do enquadramento de aludida contratação direta, além de que, necessita-se da referida contratação, decidindo-se por instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação do artigo 26, parágrafo único, da Lei das Licitações.

**III - DA CONTRATADA**

**MICHELLI JOHSE FORTES - MEI**, nome fantasia: M MUSIC E PRODUÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n. 38.500.142/0001-90, com sede na Rua Mario Romanini, nº 104, Bairro Belvedere em Chapecó/SC, CEP: 89810-413.

**IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA**

A contratação supracitada deve-se ao fato de que a empresa **M MUSIC PRODUTORA**, é a artista que promove a apresentação de show com repertório especial, sendo o show de voz, interativo e fantasia com o piano de cristal. Tal hipótese demonstra uma absoluta inviabilidade de competição. Seria mesmo impossível haver comparação entre as performances artísticas de diversos profissionais do setor de forma a tornar viável a abertura de eventual procedimento licitatório. Como afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública" (Contratação Direta sem Licitação: modalidades, dispensa e



inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532).”

A respeito disso, Marçal Justen Filho alerta que:

“tal medida se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte.” (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1994, pp. 170 e 172).

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Licitação e Contrato Administrativo”, assim trata acerca do assunto, senão vejamos:

“A atual lei, endossando a doutrina, que equipara os trabalhos artísticos aos serviços técnicos profissionais especializados (cf. cap. II, item 3.2.2), prescreve a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário. O essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. ” (Licitação e Contrato Administrativo – 14ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro, 2ª tiragem – página 127).

Ainda opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato”. (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306).

Os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina que:

“A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível”.



Dada a potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos. Consta-se que, a Lei Federal 8.666/93 apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Em sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista o cumprimento dos requisitos acima mencionados.

## **V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO**

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 04/03/2023;

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 01/11/2022;

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 01/12/2022;

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 27/09/2022

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 21/03/2023;

VI – Ato Constitutivo;

VII – Mídia Kit;

VIII – Atestado de exclusividade;

IX – Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos e que não possui parentesco consanguíneo ou afim, até o 3º grau com funcionários públicos de Cordilheira Alta/SC.

X – Notas fiscais de comprovação dos valores do show em outros municípios e contratos de prestação de serviços com outros Municípios.

XI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial emitida pelo eproc, com validade 26/11/2022

XII - Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial emitida pelo saj, com validade 20/11/2022

Por se tratar de artista que promove/criou a apresentação “Natal Magico”, sendo o show de voz interativo e fantasia com o piano de cristal, conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do

Art. 25, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexigibilidade de licitação para a contratação da artista.

#### **VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência será até 31/12/2022.

#### **VII- DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO**

A apresentação artística deverá ser efetivada no dia 18 de novembro de 2022, em comemoração as festividades natalinas, devendo o show perdurar por no mínimo 1h 00 min de apresentação, com cenário próprio.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, com apresentação da nota fiscal correspondente e de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

As despesas decorrentes desta Inexigibilidade de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.201 – Elemento 3.3.90 – Despesa 41), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2022.

#### **VIII- JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela contratada junto a outros entes públicos, através de três notas fiscais referentes aos meses de dezembro/2021 e três contratos de prestação de serviço artístico referente aos meses de dezembro/2021 e um de setembro/2022 que irá realizar em novembro/2022, a favor de **M MUSIC PRODUTORA**. Desta forma, verifica-se que o valor contratado de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Cordilheira Alta/SC, 27 de setembro de 2022.

---

**EMERSON VERDI**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

**ANGELITA GABRIEL**

Membro da Comissão

---

**TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA**

Membro da Comissão